

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.328 - DF (2019/0168849-5)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ITALIA BRASILIA ADMINISTRACAO, PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA
ADVOGADO : PREM KHELI PEREIRA DE ABREU - DF041311
AGRAVADO : COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA TERRACAP
ADVOGADO : ANDRE QUEIROZ LACERDA E SILVA - DF040016
INTERES. : DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Itália Brasília Administração, Participações e Serviços Ltda.** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (fl. 244):

APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO. APURAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. DANOS AFASTADOS PELO ACÓRDÃO NA DEMANDA DE CONHECIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. DEVIDA.

1. No que concerne aos danos materiais, ao contrário do que sustenta a parte demandante, o que se entende é que eles não são devidos, por se tratar de cumulação imprópria de pedidos, isto é, há vários pedidos mais só um deles pode ser acolhido.

2. Se a empresa licitante não realizou o pagamento do bem, nos termos editalícios, também não pode imitir-se na posse do bem, o que, por consequência, inviabiliza qualquer pretensão reparatória.

3. A verba honorária de primeira instância deve atender aos parâmetros legais elencados no novel Código de Processo Civil e, tendo sido fixada de forma irrisória e em violação ao art. do art. 85, §2º do CPC/2015, impõe-se a sua majoração.

4. Apelação da requerida conhecida e desprovida. Apelação da ré conhecida e provida.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 304/310).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega que a questão é idêntica à que será decidida nos autos do AgInt nos EDCI nos EDCI no AREsp nº 262.900/SP, afetado à Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, e que ainda pende de julgamento, ou seja, a respeito da correta interpretação do artigo 85 do Novo Código

Superior Tribunal de Justiça

de Processo Civil. Desse modo, requer seja determinado o sobrestamento ou suspensão do julgamento do presente feito até a solução final e definitiva, com trânsito em julgado, do recurso especial representativo da controvérsia.

Ademais, aponta violação aos arts. 8º, 11 e 85, §§ 2º e 8º, todos do CPC/15. Sustenta, em síntese, que: **(I)** por ser inestimável proveito econômico da liquidação de sentença, informou na petição inicial que o valor atribuído à causa estava sendo informado para fins meramente fiscais, calculado sobre o que acreditava ser o valor anual de aluguel do imóvel que poderia ter sido construído no lote adjudicado, estimado em R\$ 6.501.470,40 (seis milhões, quinhentos e um mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos); **(II)** o valor arbitrado a título de honorários é demasiado, tendo em vista que se trata de procedimento de liquidação de sentença em que não foi sequer julgado o mérito da causa, não tendo havido condenação das partes; **(III)** não há como aferir o proveito econômico, pois não houve apreciação do mérito da causa; **(IV)** o mais correto, no presente caso, seria o juiz arbitrar os honorários por apreciação equitativa, respeitando o disposto nos incisos do parágrafo 2º do artigo 85 do CPC/2015; e **(V)** o arbitramento do percentual deve corresponder a parâmetros que não impliquem valores exorbitantes ou ínfimos para remunerar adequadamente o patrono da causa, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não merece acolhida.

Inicialmente, no tocante ao pedido de sobrestamento do feito, convém esclarecer que a afetação realizada nos autos do **AREsp 262.900/SP** é derivada, tão somente, da previsão contida no art. 14, II, do RISTJ, não havendo qualquer notícia quanto à submissão do feito à sistemática dos recursos repetitivos. Desse modo, não se faz necessária a suspensão do presente recurso.

Pois bem.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a fixação dos honorários advocatícios com base na apreciação equitativa, prevista no § 8º do artigo 85 do CPC, somente tem aplicação nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou ainda, quando o valor da causa for muito baixo, hipóteses de que

Superior Tribunal de Justiça

não cuidam os presentes autos.

A propósito, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA N. 568/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES PERCENTUAIS. OBSERVÂNCIA. DECISÃO MANTIDA.

1. "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema" (Súm 568 do STJ).

2. Para fixação dos honorários sucumbenciais, deve-se observar "a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º)" (REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

3. No caso concreto, ante o julgamento de improcedência dos pedidos deduzidos, não se tratando de demanda de valor inestimável ou irrisório, é impositivo o arbitramento da verba honorária, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1788448/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 12/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1187650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXTINÇÃO EM RELAÇÃO A UM SÓCIO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO ESTIMÁVEL. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 85 do CPC/2015. APLICABILIDADE.

1. A controvérsia diz respeito a matéria inerente ao proveito econômico a ser considerado na fixação dos honorários advocatícios pelo acolhimento de Exceção de Pré-executividade.

2. O artigo 85 do CPC/2015 estabelece que, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os percentuais delimitados no § 3º. Assevera ainda o indigitado artigo em seu § 6º que os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.

3. No enfrentamento da matéria, o Tribunal de origem lançou os seguintes fundamentos (fls. 107-108, e-STJ, destaquei): "No presente caso, a quantificação dos honorários não tem relação direta com o valor da dívida, não se podendo utilizá-la como parâmetro para a condenação em honorários advocatícios. De fato, com relação à quantificação da verba honorária a cargo da União, o disposto no § 8º do artigo 85 do NCPC é de observância obrigatória.(...) Considerando que o § 8º do artigo 85 do NCPC remete aos parâmetros de seu parágrafo § 2º, tenho que, para a adequada a mensuração dos honorários advocatícios, na presente hipótese, o proveito econômico deve

Superior Tribunal de Justiça

observar a circunstância de que a exceção de pré-executividade somente reconheceu questão meramente processual (ilegitimidade passiva). O direito de crédito da Fazenda Nacional não foi discutido em seu aspecto substancial. Desta forma, a dívida não foi extinta, nem a execução fiscal, portanto, o proveito econômico, não pode partir da análise simplista de corresponder à integralidade do valor exequendo. (...) Contudo, considerando-se o valor da causa (R\$ 2.477.191,60), em especial, o trabalho despendido pelo procurador, que teve de opor exceção de pré-executividade, com base na qual se extinguiu o feito em relação ao sócio/agravante, tenho que a verba honorária deve ser majorada para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigida pelo IPCA-E".

4. Verifica-se que a fixação, pelo Tribunal de origem, do valor dos honorários por apreciação equitativa, conforme determinado no § 8º do artigo 85 do CPC/2015, mostra-se inadequada. 5. Esclareça-se que, na hipótese dos autos, não se pode falar em valor da causa muito baixo, tampouco em inestimável ou irrisório proveito econômico. Com efeito, o próprio acórdão objurgado reconheceu a existência de proveito econômico, todavia não o mensurou nos termos estabelecidos pelos §§ 3º, 4º e 5º do artigo 85 do CPC/2015. Precedentes: REsp 1.657.288/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 2/10/2017; REsp 1.671.930/SC, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 30/6/2017.

6. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1665300/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017)

Ora, no caso concreto, depreende-se que a pretensão aduzida na inicial objetivava a indenização por lucros cessantes na ordem de R\$ 6.501.470,40 (seis milhões, quinhentos e um mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos), tendo o Tribunal de origem fixado os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado atribuído à causa.

Nota-se, portanto, que o órgão colegiado local se utilizou das balizas objetivas relacionadas aos percentuais previstos no art. 85, § 2º, do CPC/15, especialmente porque o caso dos autos não se insere naqueles em que é outorgada ao magistrado a fixação de honorários advocatícios por meio de apreciação equitativa.

De fato, a hipótese vertente trata de pedido de liquidação de sentença que supostamente concedera ao requerente indenização decorrente de prejuízos causados pela

Superior Tribunal de Justiça

Terracap em razão de sua intenção de alterar a destinação do imóvel licitado. Nesse contexto, afirmou a requerente que a apuração do *quantum debeatur* deveria levar em consideração o valor da locação mensal da área total do edifício, o qual estaria estimado em R\$ 6.501.470,40 (seis milhões, quinhentos e um mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos).

Verifica-se, desse modo, que o valor atribuído à causa foi devidamente estimado em atenção direta ao pleito formulado pela requerente, devendo esta arcar com as consequências resultantes do montante imputado, especialmente no tocante ao pagamento dos ônus de sucumbência.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator